

ENAPOR

EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, SA

Mindelo - S.Vicente – Cabo Verde

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2022

O Conselho Fiscal:

José Luís M. Semedo – Presidente
Manuel de Jesus Monteiro – Vogal
Milton Paiva - Vogal

Mindelo, Abril 2023

CONSELHO FISCAL DA ENAPOR, SA

Mindelo

S. Vicente

RELATÓRIO, BALANÇO E CONTAS DE 2022 DA EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao abrigo das competências do Conselho Fiscal, constantes dos artºs 28º, 29º e 30º dos novos Estatutos, definindo funções, competências e poderes respetivamente, do Conselho Fiscal, coadjuvados com os artºs 239º 2) e 337º do CSC – Código das Sociedades Comerciais e artº 25º do estatuto do gestor público, analisamos o balanço, demonstração dos resultados, mapa de fluxo de caixa, mapa de variação do capital e anexos da **Empresa Nacional de Administração dos Portos, SA**, abreviadamente **ENAPOR, SA**, com sede em Mindelo, ilha de S. Vicente, apresentadas pela nova Administração empossada na AGO de 10 de Junho de 2022 (Ata nº 40) e um relatório constituído pontos fulcrais: i) Enquadramento do negócio ii) Enquadramento das atividades, iii) Principais investimentos estratégicos iv) Gestão das concessões, v) Análise económica e financeira e vi) Evolução previsível.

A nossa eleição, na Assembleia Geral de 10 de Junho de 2022 (Ata nº 40 da AGO), por um mandato de 3 anos, vai permitir-nos acompanhar e produzir recomendações e outros procedimentos que achamos pertinentes. Demos um acompanhamento possível a sociedade, participamos em todas as Assembleias Gerais e através do Conselho de Administração, tomamos conhecimento das decisões registadas em atas para sintonizarmos com os objetivos da Enapor, SA. Também recebemos dos executivos,



através da Direção Financeira, informações e balancetes trimestrais e outros elementos quando solicitados e foram dados pareceres.

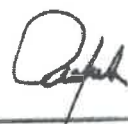
Para o nosso parecer ao exercício económico de 2022, relevamos os seguintes pontos:

I - Resultado operacional / Resultado líquido – com a retoma da economia, houve um aumento global dos resultados operacionais de 42.425 mECV, (+12,2% em relação a 2021). O aumento dos rendimentos deveu-se fundamentalmente, a movimentação de mercadorias nos portos de Cabo Verde de +1,1%, apesar da redução da movimentação do pescado em -8,2%, serviços prestados a navios de +0,6 %, aluguer de equipamentos +0,2%, outros serviços +22,5% e serviços secundários +4,4%. Os gastos operacionais tiveram uma redução de 36.788 mECV (-1,3% em relação a 2021), tendo os gastos com materiais consumidos e armazenáveis aumentados de 24,6%, fornecimentos e serviços externos +19%, Despesas com o pessoal +1,9%, ajustamentos -81%, outros gastos -81,8% e depreciações e amortizações +1,1%. Resultado alcançado foi bom, pela retoma gradual, tendo o resultado líquido atingido 255.838 mECV (156.288 mECV em 2021), com a contribuição do resultado financeiro de 53.071 mECV.

II - Dívidas a receber - as dívidas a receber atingiram o montante de 901.617 mECV (654.55 mECV em 2021). A preocupação será para os clientes com 664.097 mECV (344,155 em 2021), líquida das imparidades, sendo o Estado e outros entes públicos e como acionista responsável por 153.669 mECV (17% * total das dívidas a receber), inclui imparidade de clientes 212.146 mECV (Privados 161.289 mECV e Público 50.857 mECV). O saldo devedor de 75.030 mECV do Estado como acionista, é o resultado de um encontro de contas tripartido (Enapor/Governo/CV Inter-ilhas) e ficou acordado ser pago com dividendos de 2020 e 2021. É nossa opinião que o Ministério das Finanças deve rever o problema dos créditos, nomeadamente de curto prazo, tendo em conta que as necessidades de fundo de maneiço passaram a negativo em 31.12.22 de -76.090 mECV (-37.004 mECV em 2021). A nossa proposta é que os Imposto a pagar de IRPC, deste exercício, se fizesse um encontro de contas para liquidar o acordo tripartido, no intuito de melhorar a estrutura financeira da Empresa

III - Inventários – o aumento dos gastos com os inventários de 24.894 mECV (24.6%), continuando um investimento de risco, devido a obsolescência para alguns equipamentos, materiais e sobressalentes armazenáveis, tanto para valores de avaliação de 161.842 mECV, como para valores de imparidade, que constituem 61,4% do stock em armazém (56,3% em 2021). Desse indício de obsolescência os acessórios para equipamentos hidráulicos avaliados em 102.459 mECV, já possuiu uma imparidade acumulada de 85,5% desse valor. Em 2022 comprou-se 104.953 mECV de produtos armazenáveis (122.800 mECV em 2021)

IV - Gastos de estrutura – os gastos de estrutura do exercício em análise, aumentaram globalmente 116.826 mECV e destacaremos: i) Os fornecimentos e serviços externos, aumentaram para 542.228 mECV (455.633 mECV em 2021), nesse aumento há que deduzir cerca de 98.748 mECV de água e eletricidade vendidos, com margem bruta de +/-20%, ii) Gastos com o pessoal, aumentaram para 1.601.616 mECV (1.571.445 mECV em 2021), esse aumento deu-se em quase todos os items. O balanço social do pessoal sofreu uma mutação, passando a 1.894 trabalhadores (510 administrativos, 479 portuários e 905 ocasionais). Os gastos com o pessoal constituíram no exercício cerca 81,1% dos gastos globais de estrutura, excluindo os gastos com eletricidade e água para venda a terceiros). Foi processado um subsídio de Natal na ordem dos 70% dos salários de base para todos os colaboradores e de acordo com regras definidas pelo CA. Um outro gasto de estrutura que seria de considerar – renda da concessão – resultante do contrato de Concessão Geral do Serviço Portuário e de Exploração e Desenvolvimento das Infraestruturas Portuárias de Cabo Verde, em conformidade com os objetivos preconizados na Resolução nº 52/2015 de 15 de Junho, onde Enapor, SA, pagaria 10% da receita total das cobranças proveniente de tarifas de atividades sujeitas a regulação económica nos Portos, objeto da concessão, no entanto e para assegurar o tratamento contabilístico do contrato de concessão, a Enapor teria de recorrer, supletivamente, das normas internacionais de contabilidade, mais concretamente da IFRIC – International Financial Reporting Interpretations Committee (12 – Acordos de Concessão de Serviços), não depreciando os bens da concessão. Continua a não ter condições para materializar essa decisão do Governo de Cabo Verde, pelo desfasamento que traria na apresentação das contas



V - Investimentos/financiamento – dos projetos em carteira, registou-se como aquisição e transferidos como firmes em 2022, o montante de 621.904 mECV, acrescentando projetos em curso no exercício em 31.12.22 de 664.819 mECV, e dentro desses projetos, salientamos o peso de alguns desses projetos em curso: i), Terminal de cruzeiros do Porto Grande (33%), ii) Pipe line de gasolina na Palmeira (25%), iii) Reabilitação do cais de pesca Porto de Tarrafal (17%) e iv) outros projetos em curso (25%). Ainda dentro dos Ativos intangíveis, foi reconhecido o “Serviço de avaliação da maturidade de inovação digital da empresa” no valor 9.072 mECV, sendo saldo final dos projetos intangíveis, no valor de 19.857 mECV. Os planos de financiamento foram cumpridos, existia parte dos fundos em Bancos para o efeito e ainda se recorreu em 2022 a um financiamento bancário, desembolsando 285.605 mECV. A Enapor, continua a sentir necessidade de destrinçar os investimentos de concessão, dos investimentos recebidos no âmbito do contrato de concessão do Estado, fazendo adaptação as normas internacionais sobre concessões.


VI - Tesouraria - relativamente a tesouraria, o fluxo de caixa das atividades operacionais não produziu fluxos suficientes (+385.243 mECV), para cobrir os fluxos de atividades de investimento (-420.105 mECV) e financiamento (+10.208 mECV). Para financiar os projetos concluídos e em curso até 31.12.22, Enapor recorreu a um financiamento bancário, tendo desembolsado 285.605 mECV, no exercício. A tesouraria chegou a 31.12.22, com uma variação negativa de -24.623 mECV insuficiente para cobrir os investimentos a executar e pagar os compromissos, como empréstimos bancários (capital + juros) e materializar os projetos em curso, descapitalizando valores transitados de exercícios anteriores.


VII – Indicadores de gestão – apesar de necessidade de fundo de maneo negativa, o exercício económico, em análise, apresenta uma melhoria de quase todos os indicadores, sendo a liquidez geral 0,94, autonomia financeira de 0,47 e a solvabilidade total 0,87. Dos indicadores alertamos para um maior acompanhamento da carteira de clientes cujo prazo médio de recebimento é de 111 dias. De salientar que o prazo médio de pagamentos é de mais de 40 dias. A rentabilidade líquida do capital próprio é de 9%, e dos capitais investidos 4%. Com uma EBITDA de 870.502 mECV, apresenta uma EBIT 391.134 mECV e un cash-flow de 734.327 mECV


VIII - Aprovação - tendo em conta os exames e análises efetuados e parecer com reservas da auditoria independente, a nossa opinião é favorável a aprovação: (i) Demonstrações Financeiras de 2022, sendo o Ativo de 6.407.629 mECV, Capital Próprio de 2.982.309 mECV, Passivo de 3.425.320 mECV e um Resultado Líquido de 255.838 mECV; (ii) Relatório do Conselho de Administração; (iii) Relatório do auditor independente, que fazem parte integrante deste relatório do Conselho Fiscal.

Mindelo, 25 de Abril de 2023

O Conselho Fiscal


.....
José Luis Semedo
Presidente


.....
Manuel de Jesus Monteiro
Vogal


.....
Milton Paiva
Vogal